

Movimentos Suprapartidários: Escolas de Formação de Políticos sem Ideologia?

Priscila Schmitz¹
José Paulo Martins Júnior²

Resumo

O objetivo deste ensaio é apresentar um mapeamento das experiências de formação política dos movimentos suprapartidários de renovação política. Esta é a primeira tentativa de sistematização comparada sobre a interseção entre formação política e movimentos de renovação. Para tal, fez-se necessário a consulta dos sites dos movimentos e a realização de entrevistas com seus líderes e quadros de coordenação. Os movimentos suprapartidários surgem na arena política-eleitoral brasileira em 2016 com o discurso de produção de formação política voltada para a renovação de lideranças políticas, contrapondo a rotulação entre velha e nova política, trazendo questionamentos sobre modelos de representação e dinâmica partidária. Os resultados mostram que nem todos os movimentos suprapartidários estão preocupados com a questão da formação política. Em alguns casos, há a oferta de cursos de formação política básica, enquanto outros focam na capacitação em determinados temas e áreas das políticas públicas. O apoio a candidaturas e mandatos é uma tônica em quase todos os movimentos analisados.

Palavras-chave: movimentos suprapartidários; movimentos de renovação; renovação política; escolas de formação política; formação política.

1 Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestra em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) pelo CPDOC/FGV. Bacharela em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e bacharela em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Bacharel em Ciências Sociais, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Introdução

No segundo semestre de 2021, a Revista Parlamento e Sociedade³ lançou uma edição, organizada pelos professores Alexsandro Santos e Humberto Dantas, sobre os desafios atuais da educação política no país. Os artigos reunidos nesta edição discutem sobre as diversas práticas de disseminação de conteúdos estratégicos para o exercício da Democracia, fundamentado num dos seus pilares: respeito à pluralidade de ideias, de valores, de pensamentos, de ideologias e, consequentemente, dos partidos. Na época, pude publicar um dos principais resultados fruto da minha dissertação de mestrado, intitulada *Entre a obrigatoriedade e a execução: as fundações partidárias brasileiras e a formação política* (DUARTE, 2021).

Assim como na minha dissertação, no artigo publicado nessa edição da revista, *Educação Política e Doutrinação Política – diferenças e espaços legítimos* (SCHMITZ, 2021), o meu propósito foi demarcar e definir o que se entende por formação política, deslocando epistemologicamente a aproximação entre os conceitos de educação e formação política e apresentando uma definição mais objetiva desse último. Ademais, concerne àquela produção a aproximação do termo formação política com “doutrinação política”, sobretudo ao apresentarmos suas características enquanto fenômeno social e político, em contraposição às elucidações acerca do tema da educação política e da expansão para a política partidária e de escolas legislativas. Em decorrência deste debate, propus uma reflexão acerca da compreensão dos espaços legítimos de doutrinação e formação política e da importância que estes atores têm na propagação de valores democráticos, principalmente no respeito à pluralidade de ideias presente na sociedade.

De lá para cá, procuro cada vez mais me dedicar ao estudo sobre agrupamentos da arena política-eleitoral que têm como um de seus compromissos a promoção de atividades voltadas para a formação e qualificação de atores políticos. Além dos partidos políticos e suas respectivas fundações partidárias, desde 2016 diversos movimentos suprapartidários de renovação emergiram no cenário político brasileiro, apresentando-se como organismos plurais de formação de lideranças políticas, com a proposta de qualificar líderes, aperfeiçoar os quadros de representantes políticos do país e modificar modelos de representação e a sua efetividade dentro das reflexões dos valores democráticos.

Por ser um fenômeno político recente, com repercussão ainda a ser mensurada, poucos trabalhos dissertam sobre esses movimentos. Em face da exiguidade

3 Revista Parlamento e Sociedade. São Paulo. v.9 n.17 p.1-132 jul.-dez. 2021.

de literatura específica sobre os movimentos suprapartidários no Brasil, propus ao professor José Paulo Martins Júnior começarmos a desenhar uma linha de pesquisa sobre os movimentos suprapartidários, a fim de identificar, quantificar e qualificar os desdobramentos políticos, eleitorais e partidários desse fenômeno. Indo ao encontro da proposta desta edição da Revista Parlamento e Sociedade sobre a relação entre comportamento político e valores democráticos, tentamos compreender o que os atores entendem enquanto formação política e como isso se dá nesses movimentos. O presente texto pretende esgotar todas as particularidades envolvidas na emergência, no funcionamento e na organização desses movimentos. Contudo, apresentamos ao leitor questionamentos e informações sobre como ocorre a atividade de formação e renovação política dessas organizações.

O que esses atores entendem como escola de formação política? Que tipo de cursos são oferecidos para os seus alunos? Quais são os fundamentos que sustentam a bandeira da formação e renovação política por esses movimentos? Essas perguntas podem ser respondidas com o que já temos à nossa disposição, seja em seus sítios eletrônicos oficiais, juntamente com entrevistas realizadas com coordenadores dessas organizações. Esses questionamentos têm como finalidade lançar luz sobre as ideologias, metas e finalidades táticas e institucionais por trás da proposição de renovação e transformação da representação política e formação de novas lideranças.

Posto isto, tentaremos nesse ensaio, sintetizar e descrever aspectos da ação de formação política dos movimentos suprapartidários. O artigo está dividido em quatro seções. Na primeira seção - *Educação política e formação política: demarcações teóricas* -, apresentaremos o debate sobre as limitações, definições e demarcações dos conceitos. Na segunda seção - *A formação política e os partidos no Brasil* -, debatemos como a formação política é produzida no Brasil, a partir do debate sobre as atividades e materiais de formação política produzida pelos partidos e suas respectivas fundações. Na terceira seção - *Os movimentos de renovação e seus cursos de formação* -, apresentaremos os resultados das entrevistas com as lideranças dos movimentos suprapartidários, sobretudo no que tange à questão da instrução política. Por fim, na quarta e última seção - *Afinal, movimentos suprapartidários são escolas de formação de políticos sem ideologia?* -, é apresentada uma provocação sobre a adesão dos termos e seus espaços legítimos de atuação.

Educação política e formação política: demarcações teóricas

Antes de mais nada, cabe resgatar o debate sobre a diferença existente entre os conceitos de educação política e formação política. Nosso objetivo nesta seção é retomar o que fora apresentado no artigo publicado na Revista Parlamento e Sociedade⁴ do segundo semestre de 2021, onde a autora Priscila Schmitz (2021) apresenta distinções entre os conceitos a partir do deslocamento epistemológico do termo formação política com o conceito de educação política, e do entendimento das suas características enquanto fenômeno político e social. Posto isto, a argumentação teórica desta seção encontra-se fundamentada tanto no artigo *Educação Política e Doutrinação Política – diferenças e espaços legítimos* (SCHMITZ, 2021) quanto na dissertação *Entre a obrigatoriedade e a execução: as fundações partidárias brasileiras e a formação política* (DUARTE, 2021).

Regularmente nos deparamos com o tratamento de formação política enquanto um sinônimo de educação política. Apesar da factibilidade de operar uma aproximação entre os conceitos, tendo em vista que a formação política é um dos elementos integrantes e mecanismo necessário no processo de educação política, estes conceitos não podem ser reputados na sua transitabilidade, de forma que não podem ser lidos essencialmente como mero sinônimo.

Apesar das diferentes perspectivas e caracterizações sobre tais atividades, a educação política pode ser entendida como a concepção e a realização de programas e atividades contínuas voltadas para a sociedade civil, onde o elemento fundamental é a manutenção da neutralidade e da defesa da pluralidade e da liberdade individual, sem propagandear diretrizes ideológicas diretas, sendo assim, respaldadas pela ética suprapartidária. Diversos autores identificam, como aspecto essencial da educação política, a característica do suprapartidarismo, de forma que as diversas visões e ideologias presentes na sociedade sejam respeitadas e evidenciando a perspectiva da neutralidade na produção de suas atividades, tendo a defesa da qualificação da prática democrática mais efetiva para os cidadãos como objetivo, para que a formação política gere o poder de fortalecer os princípios e instituições, bem como a participação e representação política (DANTAS, 2010 e 2017; ALENCAR et al., 2016; ALMEIDA, 2016; DUARTE, 2021; SCHMITZ, 2021).

Nos estudos produzidos nacionalmente sobre educação política são encontradas conclusões que avançam para o desenvolvimento do conhecimento político

4 Revista Parlamento e Sociedade. São Paulo. v.9 n.17 p.1-132 jul.-dez. 2021.

(FUKS, 2014), para o aumento dos níveis de confiança em instituições políticas e maiores níveis de compreensão e de participação política (FUKS; CASALECCHI, 2016) e o amadurecimento progressivo da cultura política (DANTAS; COSSON; ALMEIDA, 2015). Parece-nos que a maioria dos conceitos elencados pelos cientistas sociais e políticos está relacionada ao processo educacional mais formal e permanente. Desta forma, com base na literatura supracitada e nos apontamentos de Jardim (2018), as diferentes concepções de educação política podem ser reduzidas em uma dimensão essencial: produção de programas e atividades contínuas, voltadas à sociedade civil, tendo como elemento central a dimensão da neutralidade e da defesa da pluralidade e da liberdade individual, sem apresentar interpelações ou diretrizes ideológicas e fundadas na ética suprapartidária.

Se a formação política tem como objetivo fortalecer instituições democráticas, a participação e a representação política, é porque grande parte dos programas de formação política são produzidos com base em pressupostos programáticos de ideias, valores e ideologias específicas, de forma que a doutrinação de suas ideias é a chave para definição e compreensão deste conceito. Sendo assim, a formação política tem como objetivo preparar, lapidar e direcionar as práticas e comportamentos políticos dos filiados, de modo que a qualificação ideológica e técnica sejam combinados em prol de uma melhor atuação política. Podemos convergir tais afirmações na seguinte definição:

A formação política pode ser definida a partir de ações guiadas por princípios e valores doutrinários específicos e que impactam o processo de compreensão e atuação política dos participantes de forma a apresentar posicionamentos específicos frente a determinados temas, sendo também possível chamá-la de doutrinação política. (DUARTE, 2021)

Mais ainda:

A formação política é sustentada por valores ideológicos e partidários e deve ser calcada numa combinação equilibrada da presença de questões partidárias, ideológicas e pragmáticas, de forma a estabelecer diferentes elementos didáticos-metódicos que garantam a propagação da pluralidade política, dos valores democráticos e da cidadania. (SCHMITZ, 2021)

À vista disso, a formação política pode ser definida como programas de curto, médio ou longa duração, com objetivo de qualificar quadros partidários, filiados e eleitores, guiados por valores ideológicos e diretrizes partidárias, de modo que combinem ações doutrinárias, instrumentais, técnicas e programáticas e que resultem numa melhora da representação político-partidária.

A formação política faz parte do processo de educação política, sendo assim um componente e instrumento que existe dentro da sua totalidade. Ambos os modelos apresentam impactos na vida política, mas o fazem de formas distintas: a educação política tem como princípio o fortalecimento da cidadania com base no incremento de valores e instituições democráticas, enquanto a formação política oferece mecanismos para o empoderamento de indivíduos e agrupamentos políticos, qualificando-os tecnicamente, doutrinando-os ideologicamente e aperfeiçoando-os para um melhor desempenho político, seja na esfera da representação política-social ou na esfera eleitoral-partidária.

Enquanto a educação política é baseada na ética suprapartidária e uma “neutralidade ideológica”, a formação política tem como principal objetivo qualificar os atores políticos - sejam eles dirigentes partidários, os filiados e os eleitores - orientados por valores ideológicos e partidários, a fim de combinar ações doutrinárias, instrumentais, programáticas e técnicas, buscando uma melhoria da representação político-partidária-eleitoral.

Múltiplos são os casos em que movimentos sociais, sindicatos e organizações partidárias e suas respectivas fundações partidárias oferecem cursos e escolas de formação política. Na próxima seção, vamos apresentar um panorama da relação entre formação política e partidos políticos no Brasil.

A formação política e os partidos no Brasil

Poucos são os estudos produzidos que aprofundem a relação entre formação política e partidos políticos. No Brasil, vale destacar que os esforços iniciais estão concentrados na análise do órgão partidário que é responsável pela produção de atividades de formação política: as fundações partidárias. Dantas e Fernandes (2013) definem as fundações partidárias como organizações vinculadas formalmente aos partidos políticos que têm como objetivo o desenvolvimento de pesquisas e debates políticos, estimulando a educação política a partir da propagação de ideias e valores partilhados pelas agremiações às quais estão vinculadas. Por sua vez, Prado (2009) sustenta a função educadora das fundações partidárias ao definir que elas são os atores responsáveis pela formação ideológica e pela capacitação dos seus integrantes, auxiliando na estruturação de bases programáticas e ideológicas dos partidos políticos.

Vale destacar que as fundações partidárias no Brasil são subsidiadas pelo Estado através do fundo partidário⁵, e possuem vínculos formais com as agremiações partidárias. Seu funcionamento está fundado em dispositivos jurídicos que regulamentam seu funcionamento, estruturação e financiamento. É obrigatório⁶ à cada legenda, somente o funcionamento de uma única organização, de caráter nacional, com representação em estados e municípios do país, de forma que cada partido possui uma fundação partidária. Geralmente seu corpo diretivo é composto por dirigentes partidários e quadros políticos, que orientam as áreas de estudos e as questões a serem debatidas no campo político (DUARTE, 2021).

Como mencionado acima, os escritos nacionais sobre fundações partidárias são escassos e lançam mão de estudos pontuais que abordam o tema através de três perspectivas: utilizando-se do método comparativo, como no caso dos estudos produzido por Dantas e Fernandes (2013), que busca compreender a realidade do fenômeno no Brasil a partir da observação de casos similares em outros países; ou recorrem a análise sócio-histórica, como no caso de Reis e Grill (2014 e 2017), para compreender as características institucionais, propriedades políticas, sociais e culturais, e a configuração estrutural das fundações partidárias; ou se estruturam a partir da análise de redações jurídicas a fim de abordar a temática das fundações em uma perspectiva legal e jurisprudencial, como no caso do estudo produzido por Henriques (2015).

Nenhum destes estudos examinam o aspecto fundamental das fundações partidárias e, conseqüentemente, da atividade partidária: a função permanente de formação de quadros políticos. Duarte (2021) propõe uma definição inicial das atividades de formação produzidas pelos partidos e suas respectivas fundações. A autora defende que elas não se reduzem somente a aspectos doutrinários, se estendendo à propagação de conhecimentos técnicos que possam elevar

5 Em conformidade com a visão da Constituição Federal de 1988, a Lei n. 9.096/95 assegura maior autonomia às organizações partidárias, garantindo recursos orçamentários específicos atrelados aos recursos da União, a partir da criação do Fundo Partidário. O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos é constituído de montante orçamentário da União, sendo assim, um tipo de financiamento público, onde a distribuição dos recursos é feita pelo TSE e é proporcional à representação parlamentar das legendas. 5% do total do fundo são divididos em partes iguais entre todas as legendas e os outros 95% são distribuídos entre os partidos de acordo com o número de votos recebidos nas eleições para a Câmara dos Deputados.

6 Em 2005, a partir da Resolução n. 22.121/05 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as entidades mantidas pelas legendas, que foram criadas sob forma de institutos, associação ou sociedade civil, tiveram que atender às novas regras impostas pelo Código Civil, que obrigou a se adequarem à estrutura jurídica de fundações do direito privado (Dantas e Fernandes, 2013). Os partidos políticos transformaram tais organizações em fundações, sendo obrigatório a cada legenda somente o funcionamento de uma única organização, de caráter nacional, com representação em estados e municípios do país.

a instrumentalização de valores democráticos (DUARTE, 2021). Nesse sentido, vale retomar a conceituação defendida por Duarte (2021) e Schmitz (2021), onde a formação política é parte do processo de ação partidária voltada para a compreensão do processo político-partidário, fundamentada na ideologia e nos posicionamentos das agremiações em diferentes temas. A formação política pressupõe, então, uma determinada matriz programática, ideológica e um conjunto de bases políticas calcadas em determinadas práticas pedagógicas (DUARTE, 2021).

A formação política é guiada pelo princípio programático da legenda mas, ao mesmo tempo, ela apresenta diversos aspectos voltados às orientações de natureza técnica, prática e eleitoral, como diversas atividades vinculadas à comunicação, ao planejamento e às questões éticas na política. De acordo com a análise produzida por Duarte (2021), os programas de formação política das fundações partidárias brasileiras produzem cinco tipos de materiais de formação política: formação ideológica-partidária, aperfeiçoamento pessoal, formação para participação política, formação pragmática-eleitoral e formação técnica-instrumental.

Como imaginado e esperado, a *formação ideológica-partidária* consiste no agrupamento de atividades e materiais que apresentam um conjunto de ideias e valores respeitantes aos ideais do partido, tendo como função orientar o comportamento político dos atores e/ou na construção de mecanismos de participação intrapartidária (DUARTE, 2021). O *aperfeiçoamento pessoal* compreende os materiais que ajudam no desenvolvimento de habilidades individuais, como por exemplo a produção de cursos e materiais de oratória (DUARTE, 2021). A *formação cidadã* refere-se aos materiais que dissertam sobre a ação política e participação direta dos cidadãos voltados para a lógica da ação externa ao partido, de forma que são majoritariamente orientados para a ação direta da sociedade civil no âmbito político (DUARTE, 2021).

Duarte (2021) apresenta duas outras categorias, a formação pragmática-eleitoral e formação técnica-instrumental, tendo ambas como fim último uma formação prática. A primeira, *formação pragmática-eleitoral*, é voltada para aspectos vinculados à lógica eleitoral de forma que na matriz destes materiais são ensinadas normas, determinações e estratégias em prol do sucesso eleitoral (DUARTE, 2021). Já a segunda, *formação técnica-instrumental*, é direcionada para a formação de atores capazes de planejar e gerenciar as organizações públicas, onde os sujeitos operativos consigam elencar diferentes técnicas e instrumentos guiados para a ação política direta (DUARTE, 2021).

Posto isso, os partidos e suas respectivas fundações partidárias são atores fundamentais na promoção e defesa de valores democráticos e têm como objetivo

a execução de atividades educacionais democráticas e político-sociais não só com o Estado mas também com seus cidadãos, sendo um dos pilares a sustentar a propagação dos valores democráticos e do respeito à pluralidade (DUARTE, 2021; SCHMITZ, 2021). Contudo, sua especialidade e individualidade consiste na promoção de atividades de formação política que não são neutros em ideologias e valores programáticos, mas que representam o pluralismo político do sistema político-partidário brasileiro. É através do trabalho de formação política produzido pelas suas respectivas fundações que os partidos transmitem as diferentes correntes políticas, orientadas pela e para a prática partidária, ao mesmo tempo em que instruem tecnicamente os cidadãos (DUARTE, 2021; SCHMITZ, 2021).

A formação política apresenta, assim, compromissos políticos com as premissas estabelecidas pela legenda partidária, sendo elas impactadas diretamente pelos programas e ideologias sustentadas pelos partidos, as lutas que envolvem o dia a dia e os compromissos da arena eleitoral. Estas são atividades de suma importância para a cidadania e cultura política e democrática no país, sendo muitas vezes amplamente subestimadas pela população e por alguns congressistas. A doutrinação produzida pelos partidos e suas respectivas fundações são fundamentais para a articulação e integração de diferentes visões e interesses políticos para a sociedade, de forma aberta e gratuita (SCHMITZ, 2021).

Isto posto, podemos questionar se os movimentos suprapartidários de renovação política produzem formação política? Será que as atividades de instrução e preparo político dessas organizações realmente operam na lógica suprapartidária de neutralidade ou elas são permeadas em maior ou menor grau por valores, convicções e ideais filosóficos-ideológicos?

Os movimentos de renovação e seus cursos de formação

Por ser um fenômeno político recente, poucos trabalhos foram produzidos sobre os movimentos suprapartidários. Ainda com a repercussão e as consequências a serem quantificadas e qualificadas, propomos começar uma linha de pesquisa sobre esses agrupamentos. Num primeiro momento, estávamos preocupados com o enquadramento dessas organizações numa tipologia teoria partidária. Se os partidos políticos e os movimentos suprapartidários de renovação compartilham funções tipicamente vinculadas às agremiações partidárias - como recrutamento e formação de quadros políticos - e sendo mediadores entre a sociedade civil e o Estado, acreditávamos que poderíamos enquadrá-los em alguma tipologia de partidos. Por terem características distintas, não foi possível alcançar esse resultado.

Num segundo momento, questionamos a relação existente entre os partidos políticos e esses movimentos. Os principais resultados mostram que apesar dos atritos e desafios, existe uma relação de parceria entre essas duas agremiações. Ao mesmo tempo em que os movimentos necessitam das legendas para concorrerem aos cargos, os partidos aproveitam as lideranças formadas por esses agrupamentos para compor a sua nominata. Além de serem possíveis puxadores de votos, essas lideranças raramente gastam o financiamento público de campanha, que agrega valores do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Os partidos não gastam dinheiro com a formação política dessas lideranças e os mesmos utilizam-se do financiamento privado, advindo de apoiadores dos movimentos suprapartidários, sendo assim uma relação benéfica para ambos os lados.

O fato é que há uma escassez de literatura específica sobre os movimentos suprapartidários no Brasil. Grande parte do que sabemos sobre esses agrupamentos estão vinculados a matérias jornalísticas. Dentre os poucos artigos científicos e pesquisas acadêmicas publicadas, a maioria está preocupada com a emergência dos movimentos suprapartidários, com a sua viabilidade eleitoral e com a sua consolidação no sistema político brasileiro (MOHALLEM, 2018; DE MORAES OLIVEIRA e MACEDO, 2020) ou a sua relação com a promoção da participação feminina na arena eleitoral (DOS SANTOS e DE RAMOS KELLER, 2019).

Em face da dificuldade de operacionalizar literatura específica sobre o tema, não pretendemos esgotar todas as peculiaridades envolvidas no surgimento e funcionamento desses movimentos. Entendemos e concordamos, em parte, com a defesa de que esse fenômeno surge após o ciberativismo das jornadas de junho de 2013 e se institucionalizam em 2016 a partir da polarização política produzida pela Lava-Jato. Concordamos com a tônica de que a existência de uma crise de representação e da decadência dos partidos políticos enquanto instituições confiáveis possam ter incentivado a incrementação e adesão a esses agrupamentos, mas também entendemos e defendemos que é necessário uma pesquisa mais aprofundada, com entrevistas em profundidade com os criadores desses movimentos, para a compreensão do nascimento desse fenômeno.

Antes de apresentarmos os resultados iniciais, cabe ressaltar que a nossa pesquisa é de caráter qualitativo. Em primeiro plano, foram analisados os *sites* e redes sociais dos movimentos suprapartidários a fim de identificar os discursos apresentados para o cidadão, assim como o mapeamento de ações voltadas para a formação e renovação política. Para identificar dados subjetivos e ações informais desses agrupamentos, assim como compreender o processo de formação política promovido pelas mesmas, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com

lideranças dos cinco principais movimentos suprapartidários no Brasil a fim de identificar os padrões existentes neste tipo de organização. Nós entrevistamos atores que ocupam cargos de direção e coordenação destas organizações, como diretores-executivos, diretores de comunicação e coordenadores-gerais. As entrevistas foram feitas de forma remota, gravadas, transcritas e analisadas.

Logo de início, ao traçarmos o perfil destes atores, notamos que eles possuem alto nível educacional, todos graduados em grandes universidades e, em sua maioria, com pós-graduação - mestrado e até mesmo doutorado. Por ser um fenômeno recente, a participação desses atores nos agrupamentos suprapartidários é, em média, de no máximo três anos e a grande maioria das lideranças é oriunda ou ainda atua no setor privado.

Todos os movimentos pesquisados surgiram após 2012, mas a maior parte deles emerge a partir da acentuação da polarização política no Brasil após 2015. Um dos aspectos recorrentes nas entrevistas é que os movimentos surgem em uma tentativa de construir espaços de diálogo em que pessoas de campos ideológicos diferentes e partidos opostos possam “sentar em uma mesma mesa e debater políticas sem ofensas, agressões e baixarias”. Quase sempre formados por um pequeno grupo de pessoas destacadas no meio empresarial ou político, os movimentos conseguem ganhar notoriedade a partir de suas conquistas, que são medidas a partir da quantidade de pessoas envolvidas. Esse envolvimento pode ser participar de cursos de formação, capacitar lideranças e eleger para cargos públicos.

Os movimentos variam bastante com relação à sua estrutura, por um lado, existem alguns mais antigos, consolidados e maiores que possuem uma estrutura organizacional complexa, com diretorias, coordenações e lideranças; por outro lado, existem outros menores e mais horizontalizados. Em geral, os grupos maiores são mais verticalizados, sempre com pessoas destacadas e poderosas na sua origem, empresários ou políticos, enquanto os menores e mais horizontais são iniciativa de pessoas comuns que se unem com o objetivo e interesse de um maior poder de influência política.

No que diz respeito aos objetivos, é possível identificar alguns principais, como a renovação política, a formação de quadros, influenciar a formulação de políticas públicas (*advocacy*) e assessorar o processo de tomada de decisão política. De forma geral, os movimentos dizem não ter ideologia e que todos são bem-vindos, desde que aceitem as regras estabelecidas por cada organização. De fato, observa-se que os políticos em exercício de mandato vinculados aos grupos estão filiados a dezenas de partidos políticos, desde à direita, como o Novo, Patriotas, PL, UB, PSC e PTB, passando pelo centro, como o Cidadania, PSDB e MDB, até

à esquerda, como o PT, PCdoB e Rede. O que caracteriza esses movimentos não é a falta de ideologia, mas uma adesão incondicional à Democracia Liberal nos moldes apresentados por Mounk (2018), ou seja, “um sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático - um sistema que tanto protege os direitos individuais como traduz a opinião popular em políticas públicas” (p.44). Além disso, também é possível afirmar que esses movimentos e grupos rechaçam o comportamento autoritário de acordo com o proposto por Levitsky e Ziblatt (2018), ou seja, não aceitam pessoas que rejeitam as regras do jogo democrático, negam a legitimidade política dos adversários, toleram ou encorajam a violência política e que têm a propensão de restringir a liberdade civil dos oponentes. Desse ponto de vista, eles aceitam todos que não compartilhem do extremismo político. Contudo, analisando além das entrevistas que foram concedidas e verificando as páginas na *internet* e os perfis das redes sociais, pode-se perceber que certos grupos atraem mais pessoas de direita, enquanto outros atraem mais pessoas de esquerda.

Nem todos os movimentos e grupos estão preocupados com formação política. Em alguns esse é o traço distintivo, oferecer cursos de formação política básica, outros preferem centrar esforços em capacitar lideranças em certos temas e áreas das políticas públicas, enquanto que há aqueles que procuram atuar advogando para certas áreas. O apoio a candidaturas e a mandatos é uma tônica em quase todos os movimentos e grupos. De qualquer forma, todos afirmam que não representam ou não atuam em função de qualquer grupo de interesse, mas em essência esses movimentos são grupos de interesse. Eles atuam em função de uma pauta definida e procuram agrupar pessoas que compartilhem dessa pauta para fortalecê-la politicamente.

O fato é que, apesar de se apresentarem como escolas de formação e de renovação política, apenas dois movimentos suprapartidários possuem cursos de instrução política. A grande maioria dos movimentos suprapartidários operam na lógica do oferecimento de aparatos para o sucesso eleitoral, sejam eles *workshops*, materiais e mentorias sobre campanhas ou a construção e conexão com rede de apoiadores. Dos três movimentos que defendem o caráter instrutivo, dois deles apresentam em seu *site* uma aba com referências aos seus cursos, sendo um deles com uma explicação mais extensa de cada um e o outro só com referência direta. Apesar de não apresentar nenhuma menção aos seus cursos, um desses movimentos se apresenta como um movimento liberal suprapartidário, evidenciando assim um caráter ideológico-filosófico dentro do agrupamento.

Os entrevistados sustentam que não há defesa interna de uma ideologia, o que caracterizaria a defesa da neutralidade política partidária e da ética

suprapartidária, de forma que as diversas visões e ideologias presentes na sociedade e no sistema partidário brasileiro sejam respeitadas, evidenciando o aspecto da pluralidade nas suas atividades de fortalecimento de princípios e instituições democráticas, assim como da participação e representação política. Além disso, é unânime entre todos os entrevistados que a democracia é um pré compromisso, pensar em abolir a democracia não está nas regras do jogo e, conseqüentemente, não está de acordo com os pressupostos desses agrupamentos.

Já que a formação política tem como objetivo preparar, lapidar e direcionar as práticas e comportamentos políticos dos filiados, de modo que valores e qualificação sejam combinados em prol de uma melhor atuação política guiados por valores ideológicos e diretrizes partidárias, somente um movimento suprapartidário produziria, assim, formação política. Os demais movimentos, por não produzirem ações doutrinárias e programáticas, acabam por produzir escolas de educação política instrumentais e técnicas que resultem numa melhora da representação política.

Afinal, movimentos suprapartidários são escolas de formação de políticos sem ideologia?

No momento em que a democracia é colocada à prova e suas instituições e atores políticos também passam a ser questionados, produzir um estudo sobre formação política, sobretudo relativa àquela elaborada por esses novos atores, é uma tarefa essencial. Ainda mais se pensarmos que esta função geralmente é exercida pelos partidos e suas respectivas fundações partidárias, alvo constante de diversas matérias produzidas pela grande mídia que apontam a sua inércia diante do montante que lhe é destinado. Defronte a este quadro, é primordial sinalizar um direcionamento de estudos sobre os diversos atores que operam na lógica de formação de quadros políticos, principalmente nas ações voltadas à formação política, seja ela partidária ou suprapartidária.

Se as escolas de formação e as atividades produzidas por esses movimentos fossem totalmente impermeáveis por questões ideológicas, haveria atrito em determinadas votações entre posicionamento dos seus quadros e as lideranças partidárias? No mais, a principal conclusão deste ensaio jaz na percepção de que é necessário uma extensa investigação sobre os movimentos suprapartidários, sendo eles a nova caixa-preta para a Ciência Política brasileira do nosso sistema político. Apesar de apresentar diversas vezes aspectos voltados às orientações de natureza prática e eleitoral (comunicação, planejamento, questões éticas), será que as atividades de formação política desse agrupamentos realmente não são

guiadas por princípios ideológicos? Caso não sejam, por que então não são chamadas de educação política ou escolas de preparação política?

O fato é que diversos movimentos suprapartidários se apresentam como organismos plurais de formação de lideranças políticas e cabe então a nós, pesquisadores e cidadãos, compreender os espaços e instituições legítimas de formação e de educação política e, sobretudo, a importância que diversos atores políticos têm na preparação da vida política e eleitoral dos nossos candidatos.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, C. C.; COSTA, C. B. P.; SILVA, H. C. P.; NÓBREGA, N. C. F.; ANDRADE, R. D. G. A. Projeto Politiquê?: relato de experiências de educação política para jovens. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 01, 2016.
- ALMEIDA, R. E. Pensamento, cultura e educação política no Brasil: algumas reflexões e propostas. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 01, 2016.
- DANTAS, H. Apresentação: O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XI, vol 03, 2010
- DANTAS, H. **Educação política: sugestões de ação a partir da nossa atuação**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 133 p. 2017.
- DANTAS, H.; FERNANDES, I. F. de A. L. Fundações partidárias no Brasil e no mundo: funções legais, ações formativas e análise em perspectiva comparada. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8, 2012, Gramado. **Anais Eletrônicos**. Rio de Janeiro: ABCP, 2013.
- DANTAS, H.; COSSON, R.; ALMEIDA, R. E. Educação para a democracia: desafios na prática da formação política de adolescentes. In: BERNARDES, Cristiane B.; SCHWARTZ, Fabiano P. (Orgs). **Comunicação, Educação e Democracia no Legislativo Brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015, p. 91-111.
- DE MORAIS OLIVEIRA, L.; MACEDO, R. G. Movimentos de renovação política no Brasil: o engajamento da sociedade civil na era digital. **Agenda Política**, v. 8, n. 2, p. 107-123, 2020.
- DOS SANTOS, N. R. M.; DE RAMOS KELLER, V. Os Movimentos de Renovação Política e a Promoção da Participação da Mulher. **Resenha Eleitoral**, v. 23, n. 1, p. 89-108, 2019.

DUARTE, P.S. Entre a obrigatoriedade e a execução: as fundações partidárias no Brasil e a formação política. Dissertação de Mestrado, **Programa de Pós Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro, 2021.

FUKS, M. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. Campinas: **Opinião Pública**, v. 20, n. 3, dez. 2014, p. 425-449.

FUKS, M.; CASALECCHI, G.A. Formando cidadãos democráticos: considerações sobre os efeitos do Parlamento Jovem mineiro. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, vol 01, 2016.

HENRIQUE, A. L. A função educadora dos partidos políticos no Brasil: mais do que uma agenda de pesquisa, uma responsabilidade social. In: **Legislativo pós 1988: reflexões e perspectivas**. Câmara dos Deputados. Brasília, 2015.

JARDIM, L. B. S.. O que se entende por educação política no Brasil? In: **Rev. Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 6, n. 11, p. 33-45, jul./dez. 2018

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

MOHALLEM, M. F. **Das redes às urnas: o avanço dos novos movimentos suprapartidários**. 2018.

MOUNK, Y. The people vs. democracy. In: **The People vs. Democracy**. Harvard University Press, 2018.

PRADO, H. S. de A. El papel de las fundaciones de los partidos políticos en el desarrollo de la democracia brasileña. **Libel - The international Federation of Liberal Youth Organization Magazine**. p. 1-6, 27, abr. 2009

REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. O Espaço das Fundações Partidárias no Brasil: Institucionalização de partidos, carreiras políticas e perfis intelectuais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 9, 2014. Brasília, **Anais Eletrônicos**. Brasília, DF, Associação Brasileira de Ciência Política, 2014.

REIS, E. T. dos; GRILL, I. G. Fundações partidárias e processos de politização no Brasil: domínio de atuação, amálgamas e ambivalências. In: **Política & Sociedade**. Set./Dez. Vol. 16, Nº 37, 2017.

SCHMITZ, P. Educação Política e Doutrinação Política – diferenças e espaços legítimos. **Revista Parlamento e Sociedade**. São Paulo. v.9 n.17 p.1-132 jul.-dez. 2021.